

RELações INTERAFRICANAS: A ORGANIZaÇÃO DA
UNIDADE AFRICANA E O ESFORÇO PARA A UNIÃO
DO CONTINENTE*

Francisco Valente
Centro de Estudos Africanos da USP

A partir da década de 60, quando se deram as independências dos Estados Africanos, o quadro geral do continente podia ser assim delineado:

- subdesenvolvimento social e econômico na maior parte das nações, comprometidas com a exploração agrícola baseada na monocultura, implantada no período colonial para atender às necessidades de matérias-primas das indústrias européias;
- regimes nacionalistas autoritários, mais preocupados com a segurança interna que com a cooperação interafricana;
- tensões entre países — a partir de grupos regionais antagônicos — baseados na identidade lingüística (francofones, arabofones, anglofones) ou traduzindo ligações especiais com suas antigas metrópoles ou, ainda, exprimindo opções políticas reformistas, radicais ou revolucionárias¹;
- uma rede de comunicação (transportes, telegrafia, telefonia) herdada do período colonial, arcaica, obsoleta (construída perpendicularmente ao litoral e que visava assegurar as ligações comerciais e administrativas entre as ex-metrópoles e as ex-colônias) e estanque (um contato telegráfico ou telefônico entre ex-colônias, quando possível, passava

* Comunicação apresentada na Mesa-Redonda sobre "Relações Internacionais" no primeiro Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos promovido pela ALADAAAB, realizado na USP em novembro de 1984.

¹ BOUTROS-CHALI, B. — *L'Organisation de l'Unité Africaine*. Paris, Librairie Armand Colin, 1969, p. 9.

obrigatoriamente pelas ex-metrópoles respectivas durante a sua consecução)².

Essa divisão do continente em termos políticos, geográficos, étnico-culturais, econômicos e ideológicos modificou-se paulatinamente, na medida em que, a partir da formulação de grupos associativos regionais, colocou-se em discussão, exaustivamente, as questões de união entre países, visando compensar suas fraquezas individuais, e a formação de planos comuns de desenvolvimento e segurança.

Desse ponto até a tomada de consciência da necessidade da união da África como um todo, continentalmente, não passou muito tempo; e da tomada de consciência da união até a criação da Organização da Unidade Africana, em 1963, não passaram muitos anos.

As Associações Regionais e a criação da OUA

Anteriormente à criação da Organização da Unidade Africana e após as independências, surgiram organismos associativos de caráter regional e continental, todos tendo em vista a união de esforços de nações com identidades geográfica, étnico-cultural, ou mesmo com tradição coloniais semelhantes. Assim, foram formadas a *Federação do Mali* (inicialmente com a participação do Senegal, Daomé (atual Benin), Burkina-Faso e Sudão Francês, restringindo-se depois apenas ao Senegal e Sudão Francês e dissolvida em 1960), a *Liga Árabe* (afro-asiática), a *União dos Estados Africanos* (Gana, República do Mali e Guiné), o *Conseil d'Entente* (Costa do Marfim, Daomé e Níger), a *União Africana e Malgaxe* (Brazzaville, dezembro de 1960) e a *Organização Africana e Malgaxe de Cooperação Econômica* (1961). Em termos de vocação continental, a Conferência de Casablanca reuniu, em janeiro de 1961, os membros da *União dos Estados Africanos* (Guiné, Mali, Gana), Marrocos, República Árabe Unida, Líbia e Governo provisório da República da Argélia. Etiópia, Somália, Sudão, Níger e Togo recusaram o convite, bem como os países asiáticos convidados. Daí surgiu a base para uma organização pan-africanista e neutralista que preconizava o não-alinhamento, a não-intervenção em assuntos internos e a adoção dos princípios da descolonização. Esse grupo, chamado desde então de *Grupo de Casablanca*, constituiu o ponto de partida para a criação de uma organização política continental na África.

Em maio de 1961, reuniram-se em Monróvia os doze países constituintes da União Africana e Malgaxe, além da Etiópia, Libéria, Líbia, Nigéria, Serra Leoa, Tunísia e Somália. Os princípios aí definidos pelo deno-

minado Grupo de Monróvia, em número de seis, abordavam questões como a igualdade absoluta dos Estados, a não-ingerência recíproca em assuntos internos, respeito à soberania dos Estados e à sua identidade nacional, condenação de focos de subversão internos e externos aos países, cooperação interpaises baseada na tolerância e solidariedade, e uma visão de unidade compreendendo ações e aspirações, além da integração política.

Em janeiro de 1962 tentou-se, em Lagos, a unificação dos dois grupos, Casablanca e Monróvia, o que não aconteceu, pela abstenção do Grupo de Casablanca e países do norte da África em virtude do não-convite ao Governo Provisório da República Argelina. A Conferência ratificou os princípios de Monróvia e Etiópia reclamou a criação de um "grupo africano".

A Conferência de Adis Abeba: A Criação da OUA

Tida como movimento de unificação, a Conferência de Adis Abeba, de maio de 1963, eliminou as divergências havidas até então entre nações e provocou o desaparecimento dos principais grupamentos políticos africanos existentes anteriormente à criação da Organização da Unidade Africana.

A independência da Argélia muito contribuiu para colocar fim às divergências entre países e grupos de países com posições políticas e ideológicas conflitantes em relação à guerra de independência argelina. Além disso, era cada vez mais viva a consciência da necessidade de uma organização continental africana, em face dos problemas da "guerra fria", envolvendo as grandes potências mundiais. O realismo da proposta contida na Carta de Adis Abeba e os crescentes problemas de fronteira também encorajaram os países participantes. Por último, havia uma mística crescente em torno da unidade africana, que se ampliou consideravelmente ao longo da consecução de reuniões, encontros e conferências entre as nações da África que caracterizaram o período entre 1957 e 1963³.

Apesar da atmosfera de fraternidade quase mística com que a Carta de Adis Abeba foi assinada, em 1963, marcando a criação da Organização da Unidade Africana⁴, não foram menores nem diminuiu a quantidade de problemas e dependências entre as nações africanas; e não poderia ser diferente, dada a efervescência política causada pelo processo das independências, em plena marcha desde 1957.

Os problemas continuaram, tendo sido, os imediatos, a segunda crise do Congo (atual Zaire), a questão de fronteiras da Somália (com o Quênia e a Etiópia, questão que perdura até os dias de hoje — a disputa do território

2 JEUNE AFRIQUE — "L'information", in *Annuaire de l'Afrique et du Moyen Orient*, Paris, éditions J. A., 1979, p. 257.

3 BOUTROS-CHALI, B. — op. cit., p. 28.

4 KI-ZERBO, J. — *História da África Negra*. vol. II, p. 402, Publicações Europa-América, Vizeu, s/d.

de Ogaden, entre a Somália e a Etiópia) e a questão de fronteiras entre a Argélia e o Marrocos (1963); a guerra civil de Biafra, Nigéria (1967-8); o problema do Saara Ocidental (ex-Marrocos Espanhol) com o Marrocos e a Frente Polisário; a questão da África Austral e a questão do Chade; nesses conflitos e disputas, nem sempre a Organização da Unidade Africana, chamada a intervir logo após criada, foi uniforme ou eficiente, por razões de ordens diversas mas todas intimamente ligadas à instabilidade institucional de seus países membros.

A Organização da Unidade Africana

Documento que instituiu a Organização da Unidade Africana, a Carta de Adis Abeba, assinada em 26 de maio de 1963 por trinta países, expressa, em seu artigo primeiro, os seguintes objetivos: ...“Reforçar a unidade e a solidariedade, coordenar e intensificar a cooperação, defender a soberania dos Estados, a sua integridade territorial e a sua independência, eliminar da África o colonialismo sob todas as suas formas, favorecer a cooperação internacional tendo em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos do Homem”...⁵. Se nos objetivos expostos encontramos traços da ideologia da Organização da Unidade Africana e uma proposta — unir a África e mantê-la unida —, é na formulação dos “Princípios” (artigo terceiro) que iremos buscar material de análise para constatar se, vinte anos depois, as expectativas que nortearam sua criação corresponderam à prática das atitudes políticas quotidianas.

Assim, procederemos à análise dos sete princípios constituintes da Carta de Adis Abeba e procuraremos situá-los à luz dos acontecimentos políticos de mais destaque havidos desde então. Terminada a análise dos princípios, discorreremos sobre a crise da Organização da Unidade Africana, marcando a decadência da mesma em função da nova ordem política e econômica mundial.

OS PRINCÍPIOS DA CARTA DE ADIS ABEBA

Primeiro: “Igualdade soberana de todos os Estados membros”

A Carta de Adis Abeba previu a igualdade como um direito adquirido de todos os Estados africanos, independentemente de extensão territorial, riqueza, potencialidades, tradições. Todos participam de todos os organismos internos da OUA e seu direito de voto é absolutamente igual. Essa

disposição perdura até os dias de hoje, sem imposição de nenhuma nação africana, mesmo as que, na atualidade, dadas as circunstâncias de ordem econômica ou geopolítica (como a Líbia), têm se sobressaído no quadro do continente africano.

Segundo: “Não-ingerência nos negócios internos dos Estados”

As nações membros foram propostas como absolutamente livres para a consecução de uma política interna independente, desde que consoante com os princípios e objetivos da OUA. Mesmo no tocante à questão da autodeterminação, prevaleceu a idéia de apoio ao Estado nacional, independentemente dos anseios de minorias étnico-culturais e independentemente do artificialismo representado pela maioria dos traçados de fronteiras herdadas do período colonial. Assim, o problema de Biafra foi visto como um problema nigeriano. Criticando essa linha, diz Said Yusuf Addi: “/.../ Se ela (a Organização da Unidade Africana) pretende desempenhar um papel efetivo na paz e na unificação da África, deverá reconhecer que o princípio da autodeterminação se aplica com o mesmo vigor a todos os povos, sejam eles dependentes ou independentes...”⁶

Terceiro: “Respeito à soberania e à integridade territorial de cada Estado e seu direito inalienável a uma existência independente”

A intangibilidade das fronteiras africanas

A aplicação prática do princípio da integridade territorial revelou delicado problema de fronteiras entre nações africanas.

As fronteiras políticas na África preexistem à descolonização e foram mantidas pelos Estados africanos. Assim como a adoção da língua oficial do colonizador, a manutenção das fronteiras coloniais foi medida que os Estados perseguiram a partir da independência, como meio seguro de preservar o território existente e cultivar o surgimento de uma unidade nacional, mesmo em detrimento das diferenças internas do espaço político considerado.

A manutenção das fronteiras existentes, herança do passado colonial, baseou-se no princípio da *uti possedetis juris*, que Boutros-Ghali⁷ localiza

6 Addi, Said Yusuf — “La décolonisation dans la Corne de l'Afrique et les conséquences des aspirations des Somalis à l'autodetermination”, in *La décolonisation de l'Afrique: Australe et Corne de l'Afrique; Histoire Générale de l'Afrique*, Études et Documents. 5. Paris, UNESCO, 1981, p. 119.

7 BOUTROS-CHALI, B. op. cit., p. 48.

5 KI-ZERBO, S. — op. cit., pp. 402-403.

historicamente como tendo origem na delimitação de fronteiras administrativas entre as colônias espanholas e portuguesas na América, em 1821. A mesma linha de princípios caracterizou a Conferência de Berlim, de 1885. A Ata Geral da Conferência “para regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África”, preconizou o direito de *ocupação efetiva* para a delimitação dos territórios ocupados na África⁸.

A formulação desse princípio de intangibilidade de fronteiras herdadas não obteve unanimidade, discordando dela a Somália, evidentemente em função de seu próprio problema de formulação de uma fronteira étnico-cultural, questão essa a eclodir, mais tarde, no seio da Organização da Unidade Africana como uma de suas grandes crises (a questão do Chifre da África). Efetivamente, as guerras de fronteiras entre a Somália e a Etiópia e a Somália e o Quênia (1977), confrontos até hoje não resolvidos a contento, propiciaram a entrada no cenário africano de potências externas ao continente — Estados Unidos, União Soviética, China, além de Cuba —, interessadas, oficialmente, em corresponder à solicitação de ajuda efetuada pelas nações conflitantes, mas, na verdade, marcando presença numa região extremamente importante e vital para a economia ocidental, em função das rotas de navegação e abastecimento de petróleo.

O Marrocos também fez voz discordante desse princípio quando de sua adesão à OUA em setembro de 1963. Seus problemas de fronteiras com a Argélia e em relação à região do Rio de Ouro (antigo Marrocos Espanhol), palco de atuação da Frente Polisário, e o surgimento do Saara Ocidental como nação pleiteando o lugar de membro da Organização também eclodiram mais tarde e serviram como ponto de enfraquecimento da OUA.

Quarto: “Resolução pacífica das disputas, pela via de negociações, de mediação, de conciliação ou de arbitragem”

O Quarto Princípio preconiza a resolução pacífica, entre os países membros da OUA, de suas disputas de qualquer ordem, através da intermediação e da discussão aberta de interesses e posições. Para sua consecução, foi criada no Cairo, em 1964, uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, que, todavia, nunca funcionou, sendo substituída, nas vezes em que a Organização da Unidade Africana foi chamada para conciliar interesses, pelo Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros ou pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

8 AMARAL, Ilídio do — “Entre o Cunene e o Cubango, ou a propósito de uma fronteira africana”, in *Garcia de Orta, Sér. Geogr.*, parte II, Lisboa, 6, 1-a, 1980/81, 1-50.

De acordo com Gautron e Jarmache⁹, “constata-se uma preferência marcante dos Estados africanos por um mecanismo diplomático de harmonização de problemas, caracterizado por uma grande habilidade e determinado pela intervenção de alguns chefes de Estado africanos. Assim, no conflito argelino-marroquino de 1963, a paralização dos combates e a procura de uma solução são atribuídas exclusivamente à intervenção do imperador da Etiópia (Hailé Selassié) e do presidente do Mali (Modibo Keita) na época. A referência à OUA aparece como formal e simbólica...”.

Efetivamente, a pouca observância ao princípio da harmonização pacífica dos problemas entre nações membros da OUA, através dos mecanismos previstos, constituiu um dos elementos também marcantes da crise institucional que caracterizou a Organização da Unidade Africana na década de 1970.

Quinto: “Condenação, sem reserva, do assassinato político, bem como das atividades subversivas exercidas pelos Estados vizinhos ou outros Estados”

A não-subversão entre os Estados africanos:

A subversão, seja no plano político (assassinato, espionagem, propaganda), seja no plano militar, através das lutas de guerrilha, constituiu-se em arma notável na luta pela descolonização dirigida contra as ex-metrópoles. Tal modalidade de ação, anteriormente vital para a desestabilização colonial e a serviço da causa da unificação africana, poderia tornar-se, após as independências, ameaça grave à paz e à unidade africana, se utilizada Estado contra Estado. Podemos admitir, ainda, ser difícil na África (como em qualquer parte do mundo) a eclosão de movimentos revolucionários em um país sem encorajamento e ajuda material estrangeira.

A guerra subversiva mereceu na Carta de Adis Abeba o destaque conquistado pela sua contribuição histórica à independência das nações africanas e, da Organização da Unidade Africana, minucioso trabalho de especificação, no sentido de sua erradiação do cenário político africano.

Assim, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, de Acra, em outubro de 1965, ao mesmo tempo que estabeleceu a exclusão do recurso à autodeterminação pelas minorias étnicas ou tribais nos países membros da OUA como forma de neutralizar o ativismo subversivo, explicitou, à exaustão, as formas possíveis de subversão a serem dirigidas contra a OUA e seu membros¹⁰.

9 GAUTRON, J. C. e JARMACHE, E. — “Une crise de l’Organisation de l’Unité Africaine”, in *Ainée Africain* — 1977: Centre d’Etudes d’Afrique Noire de Bordeaux, Paris, Editions A. Pedone, 1979.

10 BOUTROS-CHALI, B. op. cit., pp. 45/47.

Foram assim discriminadas as formas de subversão possíveis de vitimar os países membros da OUA:

- a. atividade subversiva africana dirigida de um país africano contra outro país africano;
- b. atividade subversiva não-africana concebida por potências não-africanas e dirigida diretamente contra um país africano;
- c. atividade subversiva não-africana organizada contra toda a África enquanto continente;
- d. atividade subversiva não-africana organizada contra a OUA;
- e. atividade subversiva não africana concebida por potências não-africanas e dirigidas a partir de um país africano contra outro país africano /.../

Quanto aos métodos de subversão, foram assim relacionados:

- a. lançar ou financiar contra qualquer Estado membro da OUA campanha de imprensa ou rádio;
- b. suscitar no interior de um Estado africano a discussão, fomentando dúvida de ordem racial, religiosa, lingüística, étnica ou outra;
- c. agravar no interior de um Estado membro da OUA dissensões dessas ordens, já existentes /.../

E quanto às maneiras de coibir a subversão:

- a. regular pacificamente as diferenças que possam eclodir entre os Estados africanos, notadamente com recursos e procedimentos previstos na Carta e no Protocolo de Mediação, Conciliação e Arbitragem da organização (Cairo, 1964);
- b. combater coletivamente todas as formas de atividades subversivas;
- c. observar estritamente os princípios do direito internacional no tratamento de refugiados políticos provenientes de outros Estados membros da OUA;
- d. favorecer o retorno de refugiados aos seus países de origem, com o seu consentimento /.../

Boutros-Ghali¹¹ comenta a distinção que se faz entre o refugiado político proveniente de um Estado membro da OUA e aquele de território político não-independente. Neste último caso, o refugiado deveria receber apoio integral e encorajamento em sua atividade subversiva.

Com efeito, a maneira exaustiva com que a Conferência de Acra interpretou possíveis formas de subversão na África e os modos de combatê-la expressa a realidade de um continente cuja consolidação política de suas nações, jovens e emergentes do limbo colonial, carrega o peso de pelo menos dezessete golpes de estado bem sucedido e quatro assassinatos de chefes de Estado ou líderes nacionais, de 1957 até 1981.

O princípio da não-subversão, assim como o da intangibilidade das fronteiras, pelo caráter pragmático envolvido na questão, não merecem, por parte das nações membros da OUA o mesmo cuidado de observação que os demais.

Além disso, os regimes autoritários implantados na maioria dos países africanos independentes, assim como a artificialidade e a permeabilidade das fronteiras nacionais, encorajaram os opositores aos regimes constituídos a procurar refúgio e apoio nos países vizinhos e utilizar a subversão como caminho fácil para a consecução de suas reivindicações políticas e sociais.

Sexto: "Devotamento sem reserva à causa da emancipação total dos território ainda não-independentes"

Tomada como princípio e fazendo parte de seus objetivos ("... eliminar todas as formas de colonialismo na África..." — Carta de Adis Abeba, 1963, artigo segundo, item 1. c.) a luta pela libertação dos territórios ainda ocupados por europeus (Portugal) ou por minorias brancas (África do Sul) foi a tarefa política em que a Organização da Unidade Africana se atirou com mais empenho e a união de seus países membros se mostrou mais ativa.

Ainda em 1963, criou-se a Comissão Africana de Libertação, instalada na Tanzânia, cujas determinações, abaixo expostas, visavam coordenar os esforços isolados no sentido de reforçar a frente de luta¹²:

1. não rejeitar *a priori* nenhum método de ordem política, econômica ou militar para conseguir a libertação de países ainda colonizados;
2. A CAL (Comissão Africana de Libertação) é o organismo responsável, perante os países membros da OUA, países amigos e os próprios movimentos de luta, pela estratégia global do combate anticolonialista;

11 BOUTROS-GHALI, B. — op. cit., p. 46.

12 KI-ZERBO J. — op. cit., p. 408.

3. a autoridade da CAL poderá ser delegada, nos países limítrofes das zonas a libertar, para estes organizarem a ação na prática.

Estes esforços da Organização da Unidade Africana se fez necessário, já que era bastante expressivo o número de movimentos de libertação dos territórios ocupados, assim como muitos dos países membros da OUA já possuíam seus próprios organismos internos de combate ao colonialismo, com formas de atuação, por vezes, diferentes. Apesar desse esforço, permaneceu a diversidade de apoio a grupos distintos, dentro dos mesmos territórios, em função de compromissos anteriores assumidos.

Com a revolução portuguesa de 1974 e a modificação de sua política colonial, Angola e Moçambique (as maiores colônias de Portugal na África) tornaram-se independentes em 1975. A África do Sul, ameaçada na África Austral pelas independências de Angola e Moçambique, procurou consolidar suas alianças internacionais junto ao bloco ocidental e reforçar suas posições econômica e militar, ao mesmo tempo que, internamente, buscou soluções institucionais para impedir, de todas as maneiras, o avanço da autodeterminação dos povos dos territórios por ela controlados.

Sétimo: "Afirmação de uma política de não-alinhamento em relação a todos os blocos"

Segundo Boutros-Ghali¹³

".../ o não alinhamento, ou neutralismo, é um comportamento político que visa a recusa em tomar parte na guerra fria, na rivalidade que opõe os dois blocos, soviético e ocidental. Significa a recusa, aos Estados de um bloco, de instalar bases militares, como implica no desengajamento de todo tratado de características militares e a não-assinatura, no futuro, de tratados semelhantes. Em outros termos, o não-alinhamento exclui o recurso às alianças como procedimento de relações entre Estado engajados e não-engajados/.../".

O pragmatismo dos dirigentes das jovens nações africanas e sua necessidade de fazer valer os princípios da nacionalidade territorial herdada das ex-metrópoles cuidaram para que a política de não-alinhamento fosse observada formalmente (pela quase inexistência de tratados assinados), embora, na prática, fosse tornada letra morta: a partir da década de 60 e decisivamente na década de 70, as grandes potências mundiais dos blocos comunista e capitalista estabeleceram políticas de ajuda econômica e ajuda militar aos países africanos com problemas internos ou de vizinhança, in-

terferindo pesadamente no equilíbrio sofrível do mapa da África e, se não criaram novos focos de conflitos, propiciaram o ressurgimento de questões anteriores à Carta de Adis Abeba, com todas as suas consequências.

A Crise na Organização da Unidade Africana

Ficou evidenciada, já na década de 70, a existência de crise na Organização da Unidade Africana, provocada pelas mudanças sensíveis observáveis no continente desde a época das independências, mudanças essas distinguíveis em três planos diferentes:

1. internamente ao continente africano;
2. externamente ao continente africano;
3. internamente à própria Organização da Unidade Africana, enquanto instituição.

A crise no plano interno do continente africano

Gautron e Jamarthe¹⁴ distinguiram, no plano interno do continente africano, quatro fatores principais de desestabilização:

- a descolonização tardia das colônias portuguesas de Angola e Moçambique, desestabilizando o bloco austral (tomado pelas antigas colônias portuguesas, Rodésia do Sul, África do Sul e seus territórios controlados) e trazendo as grandes potências mundiais, em jogo aberto e permanente, para o sul do continente, tendo em vista a manutenção do equilíbrio de forças entre os blocos comunista e capitalista;
- fraqueza política das nações, instabilidade dos partidos únicos e o aparecimento cada vez maior, no cenário político, de militares, preenchendo os vazios deixados pela insuficiência de quadros junto às classes dirigentes;
- o recrudescimento dos conflitos entre países vizinhos, de ordem étnico-cultural, política ou ideológica, latentes desde a época das independências e ressurgidos por causas diversas (conflitos Somália-Etiópia, Somália-Quênia, Saara Ocidental/Chade);
- dificuldades de integração regional, de caráter político e econômico, refletindo, muitas vezes, a influência das grandes potências, capitalistas e comunistas, no privilegiamento de planos de ajuda econômica a países específicos, em detrimento do contexto regional.

13 BOUTROS-CHALI, B. — op. cit., pp. 87/88.

14 GAUTRINS, J. C. e JARMACHE, E. — op. cit.

A crise no plano externo ao continente africano

A partir da independência e progressivamente, o continente africano perdeu seu caráter secundário no plano dos acontecimentos internacionais, sendo alvo de interesses estratégicos, materiais e ideológicos por parte das grandes potências mundiais. Essa mudança de enfoque da política internacional, incluindo o continente africano em seu jogo (doutra parte já intensamente envolvido, através do Egito, com a guerra contra Israel, país vizinho, da Ásia, desde 1967), ocasionou uma maior dependência regional africana das decisões do sistema político internacional, tornando mais vulneráveis as nações africanas em suas relações continentais.

O relacionamento direto entre as nações africanas e as grandes potências enfraqueceu o espírito do pan-africanismo no plano ideológico e tumultuou o quadro de mediação da OUA, na medida em que fazia parte dos planos de ajuda aos Estados africanos o financiamento de armas e exércitos, utilizados para repelir ataques ou desferi-los contra os vizinhos com os quais alguns mantinham disputas (assim se deu no conflito entre a Somália e a Etiópia, aquela recebendo ajuda norte-americana através do Egito e esta recebendo ajuda militar soviética; foi também o caso do financiamento dispensado aos movimentos de libertação dos territórios não-independentes — Estados Unidos financiando a Unita e o PLNA e a União Soviética o MPLA, até que este movimento assumisse, em 1975, o governo de Angola, tornando-se a ajuda, depois disso, oficial; na Namíbia, os soviéticos financiando a SWAPO enquanto os Estados Unidos assumiram políticas de forte apoio à África do Sul). Em todos os casos, o que se fez foi marcar presença nas regiões de conflito, cada qual com sua postura ideológica e procurando ampliar suas áreas de influência econômica.

Quanto às ex-metrópoles, o caso da França revelou-se singular, na medida em que este país diversificou suas planos de ajuda econômica, desvinculando-os do passado colonial em que privilegiava suas ex-colônias, e, ao mesmo tempo, assumiu atitude paternalista ao atender à solicitação de envio de tropas militares para interferir em assuntos internos ou de fronteiras (República Centro-Africana, Zaire, Chade, Mauritânia, Djibuti).

Para finalizar, a presença árabe cresceu no continente africano desde 1973, com o considerável aumento de divisas originadas da reformulação da política de preços do petróleo (que beneficiou, especialmente, os países árabes) e da formação, a partir daí, de organismos e bancos de desenvolvimento para reciclagem do impressionante volume de "petro dólares" existente. Dos países árabes africanos e membros da Organização da Unidade Africana, muitos pertencem também à Liga Árabe, e é cada vez maior a permeabilidade do continente a problemas apenas secundariamente africanos, como a crise do Oriente Médio. Ainda nessa linha a Líbia ascendeu ao cenário mundial como Estado árabe e não como nação africana, sendo

cada vez mais freqüente sua interferência nas questões internas de países africanos, especialmente daqueles com os quais mantém fronteiras.

As questões acima — desestabilização da África austral, instabilidade política da maior das nações africanas — provocaram o enfraquecimento do *consenso* na revolução de problemas, mecanismo básico de atuação da Organização da Unidade Africana, sobre o qual a mesma se apoiou quando, vencendo as resistências e interesses dissidentes de países distinguidos como Grupo de Casablanca e Grupo de Monróvia, impôs, em 1963, sua própria criação e a vitória do pan-africanismo no continente.

Da mesma forma, os conflitos entre países vizinhos, as dificuldades de integração regional e os fatores externos ao continente africano, representados pela ingerência de potências não-africanas, enfraqueceram o princípio da intangibilidade das fronteiras deixadas pela descolonização e o princípio da arbitragem pacífica das desavenças entre as nações, membros da OUA.

A crise interna da OUA, enquanto instituição

Três aspectos merecem ser levantados neste ponto: o primeiro, de ordem institucional — uma certa rigidez na estrutura da Organização da Unidade Africana em termos do funcionamento de seus organismos internos, numa época em que os problemas, não apenas africanos, mas mundiais, desafiam a capacidade e a agilidade de homens e instituições na busca de soluções; o segundo, de ordem financeira — a carência de recursos financeiros disponíveis afetou grandemente o funcionamento da OUA; com efeito, a grande maioria dos países membros, unidos pela pobreza material que os caracteriza, não têm honrado o pagamento de suas contribuições estatutárias, privando mais ainda a Organização de meios e recursos para atuar; e o terceiro, de ordem política — caracterizado pelas disputas internas na OUA, motivadas por diferenças de visão — mais ou menos pragmática — na cúpula dirigente da Organização (exemplo disso foi a inclusão do Saara Ocidental como membro da OUA, apesar da problemática não resolvida com a criação desse novo país, na região do antigo Marrocos Espanhol e cuja existência enquanto nação independente ainda não foi reconhecida por muitos dos próprios membros da Organização da Unidade Africana).

A eficiência de uma organização deve ser medida pelos resultados apresentados ou pelo respeito, no caso de uma instituição como a OUA, que a mesma inspira quanto ao cumprimento de seus princípios e objetivos.

Sob este prisma drástico, o saldo em favor da organização da Unidade Africana resulta pouco significativo, já que a maior parte de seus princípios, visto anteriormente, tendeu a ser entendido, interpretado ou manipulado ao sabor dos interesses particulares de muitos de seus países membros, independentemente da solidariedade, da unidade e mesmo da luta

pela descolonização. Não obstante, o grande trunfo da Organização da Unidade Africana tem sido sobreviver, até os dias de hoje, apesar dos conflitos africanos e extra-africanos, anteriores ou posteriores às independências, que conferem o traço marcante das relações interafricanas — a diversidade.

Relações interafricanas — a união entre Estados

A idéia de união entre países — tendo em vista a paz, a harmonia, o progresso — não pode ser encarada no plano estrito da concepção positivista. Reside, antes, no confronto entre diversidades, no choque de posições antagônicas, a verdadeira síntese de objetivos e caminhos, seja no plano econômico, no plano político ou no plano social em seu sentido lato.

Vista desse prisma, a união entre os Estados africanos — se necessária para o equilíbrio das desigualdades nacionais e para a recuperação do hiato histórico representado pelo fenômeno colonial — somente se dará na medida em que os povos da África avaliem seus próprios problemas e elaborem suas próprias soluções.

Pelo que foi visto até este ponto, são múltiplos e variados os aspectos a considerar para que os Estados africanos, na superação de seus problemas históricos, institucionais, econômicos e sociais, obtenham como resultado uma situação de identidade continental e conseqüente união (ou que utilizem a proposta de unidade africana como ferramenta para a superação dos entraves).

Encarada como produto ou como meio, a unidade africana somente será tangível na medida em que pelo menos os seguintes alvos sejam atingidos:

- maior consistência institucional das nações no plano interno e estabilização das fronteiras entre países, com o fim das disputas e conflitos;
- complementaridade econômica entre as nações e regiões, para unir esforços e investimentos ao invés de dispersá-los com programas repetitivos, país a país;
- eleição de planos de desenvolvimento que privilegiem as realidades nacionais e regionais, ao invés da importação das mais recentes inovações tecnológicas, geralmente inadequadas à realidade africana subdesenvolvida;
- respeito às diversidades culturais — encarado o seu sentido mais amplo — e inclusão das peculiaridades étnico-culturais no estabelecimento de programas de desenvolvimento econômico e social;
- investimento maciço em quadros humanos, para a elevação do nível educacional das populações e a formação de um substrato técnico e intelectual necessário ao alcance de um estado de “bem-estar” social (nem sempre encontrável nas raízes culturais dos povos africanos).

irremediavelmente incorporado ao conjunto de expectativas de realização de vida pelo ingresso da África na comunidade global e pela influência dos meios de comunicação de massa.

As sugestões de federalismo e associativismo entre países, no plano político, mostram-se difíceis e historicamente ultrapassadas, mais cabíveis no plano econômico, tendo em vista a crescente interferência das potências mundiais no contexto político africano e o papel que as nações africanas desempenham no âmbito mundial. No mais, a variável tempo parece sumamente importante para a superação de problemas e transposição de obstáculos; pois é muito recente a história política das nações africanas territorialmente independentes: iniciou-se em 1957 com a independência de Gana e não foi concluída ainda nos dias de hoje.